

CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº..... , de 2016
(Do Sr. Marco Tebaldi)

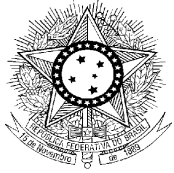
Requer, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para discutir as novas propostas da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em relação ao fim da franquia de bagagem, limitação de assistência ao passageiro e regras de reembolso, entre outras.

Senhor Presidente,

Nos termos dos arts. 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro realização de Audiência Pública para discutir para discutir as novas propostas da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) em relação ao fim da franquia de bagagem, limitação de assistência ao passageiro e regras de reembolso, entre outras.

Solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades:

- Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys;
- Representante do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor;
- Representante da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Cidadania (Senacon)
- Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear). Sr. Eduardo Sanovicz;



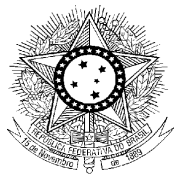
JUSTIFICATIVA

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) anunciou recentemente que pretende realizar uma ampla desregulamentação do setor aéreo, com mudanças nas regras que regem o transporte de passageiros no Brasil. O objetivo, segundo a autarquia, seria criar as condições que permitam a entrada de companhias de baixo custo no Brasil, nos moldes das europeias Ryanair e Easyjet, bem como ampliar as opções colocadas à disposição dos passageiros, que teriam a faculdade de adquirir passagens a preços diferenciados.

Entre as mudanças propostas estão o fim de franquias de bagagem, a limitação da assistência ao passageiro em caso de problemas meteorológicos e novas regras para reembolso e transferência de bilhetes. A Anac defende que as mudanças na franquias de bagagem, por exemplo, trariam impacto positivo para o consumidor, reduzindo o valor da passagem aérea para quem não leva mala. A medida encontra forte resistência de órgãos de defesa do consumidor como o Idec, para quem não há garantias de que haverá efetivamente uma redução dos preços.

Outras medidas polêmicas, como a criação de uma regra que permite a transferência de titularidade da passagem, também são vistas com cautela por entidades do consumidor e especialistas em direito aeronáutico, que temem o surgimento de um mercado paralelo, dominado por cambistas.

Como se vê, longe de serem ajustes pontuais, tratam-se de mudanças de amplo escopo que redefinem regras há muito estabelecidas e que podem trazer consequências danosas para o consumidor caso sejam implementadas sem o devido acompanhamento. Dessa forma, conto com o apoio dos meus pares para a aprovação deste Requerimento de Audiência Pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala das Sessões, de de 2016.

Marco Tebaldi
Deputado Federal – PSDB/SC